

O DESCOMPASSO ENTRE O TERRITÓRIO VIVIDO VS. TERRITÓRIO PLANEJADO NA PRÁTICA DE ASSISTENTES SOCIAIS E PSICÓLOGOS NA POLÍTICA HABITACIONAL

Jordana Nogueira Schwab Lionço, COHAPAR, Brasil
Lucimeri Sampaio Bezerra, COHAPAR, Brasil

INTRODUÇÃO

A moradia é reconhecida no Brasil como direito fundamental, sendo incorporada ao rol dos direitos sociais por meio da Emenda Constitucional nº 26/2000, que alterou o artigo 6º da Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, a garantia do direito à moradia digna passa a constituir responsabilidade do Estado, materializando-se por meio de políticas públicas habitacionais. No âmbito dessas políticas, a operacionalização das ações exige não apenas a provisão da unidade habitacional, mas também o desenvolvimento do trabalho social junto às famílias beneficiárias, configurando-se como espaço de atuação interdisciplinar que envolve diversas áreas do conhecimento, neste estudo o recorte será do serviço social e da psicologia.

A política habitacional brasileira passou a incorporar, de forma mais sistemática, o trabalho social a partir dos anos 2000, especialmente com a criação do Ministério das Cidades (2003) e a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida, em 2009, que consolidaram a exigência do Trabalho Social como componente obrigatório nos empreendimentos habitacionais.

Posteriormente, normativas como a Instrução Normativa nº 08/2013 e suas atualizações reforçaram o papel do trabalho social na garantia do direito à moradia digna, orientando ações voltadas à participação social, ao fortalecimento comunitário e ao acesso a políticas públicas. Nesse contexto, assistentes sociais e psicólogos assumem papel estratégico na mediação entre o Estado e a população beneficiária (Brasil, 2013; Cardoso; Aragão, 2013).

Entretanto, observa-se a existência de tensões entre o território planejado, definido institucionalmente por meio de programas habitacionais em âmbito estadual e/ou por parcerias interfederativas, e o território vivido, marcado por dinâmicas sociais complexas e relações de poder (Santos, 2006). Esse descompasso evidencia os limites de um modelo de planejamento centralizado, impactando diretamente a execução das ações e a capacidade de resposta às demandas concretas da população.

Nesse sentido, o presente relato tem como objetivo analisar o distanciamento entre o planejamento institucional na política habitacional e as demandas concretas identificadas nos territórios atendidos, a partir da experiência desenvolvida no

âmbito da Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), no escritório regional de Campo Mourão.

A situação-problema que orienta este estudo refere-se à ausência de mecanismos sistemáticos de participação popular direta na fase de concepção dos programas habitacionais, o que resulta em propostas metodológicas que nem sempre dialogam com a realidade vivida pela população beneficiária.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e reflexiva, fundamentada na experiência profissional.

No âmbito da prática profissional, as atividades desenvolvidas envolveram acompanhamento de famílias beneficiárias, atendimentos individuais e coletivos, visitas domiciliares, articulação com a rede de proteção social, participação em reuniões institucionais e execução de ações do trabalho social.

CONTEXTO DO PROJETO OU SITUAÇÃO-PROBLEMA

O relato situa-se no contexto da COHAPAR no escritório regional de Campo Mourão, vinculada ao Governo do Estado do Paraná, responsável pela implementação de programas habitacionais e pela execução do trabalho social junto às famílias atendidas pela política pública de habitação, especialmente no âmbito da habitação de interesse social.

A organização possui estrutura centralizada, com definição de diretrizes e metodologias na sede administrativa, e atuação descentralizada por meio de escritórios regionais. No entanto, observa-se que, no processo de concepção, criação e definição dos programas habitacionais, especialmente no que se refere à atuação da Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) não há, de forma sistemática, a incorporação de mecanismos de participação popular direta. Ausentam-se iniciativas estruturadas de consulta pública ou de levantamento prévio de demandas junto à população potencialmente beneficiária, o que limita a participação social na formulação da política pública de habitação e na definição de suas diretrizes.

Atualmente, a principal estratégia de diagnóstico ocorre por meio do SISPEHIS (Sistema de Informações do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social), instrumento atualizado a cada quatro anos e preenchido pelos técnicos dos municípios sob orientação da COHAPAR. A partir dessas informações, é elaborado o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social. Ainda que esse processo possa ser considerado parcialmente participativo, ele se dá de forma mediada pelos entes municipais, o que não assegura a escuta direta da população-alvo das políticas habitacionais.

A situação-problema refere-se, portanto, ao distanciamento entre o planejamento institucional das ações sociais e as demandas concretas identificadas nos territórios atendidos. Esse descompasso se expressa na inadequação das propostas

metodológicas, nas dificuldades de adesão da população e na necessidade constante de adaptação por parte das equipes técnicas.

O conceito de território adotado neste estudo compreende-o como espaço vivido, permeado por relações sociais, desigualdades e dinâmicas próprias (Santos, 2006). No campo do Serviço Social, a atuação profissional exige leitura crítica das expressões da questão social (Iamamoto, 2009), enquanto a Psicologia Social Crítica enfatiza o compromisso com a transformação social a partir da realidade concreta (Martín-Baró, 1997).

O estudo valoriza o território como espaço de produção de conhecimento, compreendendo-o como o lugar onde a vida se produz e se reproduz, revelando vulnerabilidades, potencialidades e relações sociais (Koga, Arregui e Diniz, 2018), ao mesmo tempo em que reconhece a prática profissional como fonte legítima de análise e reflexão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise evidencia que a dissociação entre território planejado e território vivido gera impactos significativos na prática profissional e na efetividade das ações desenvolvidas. Entre os principais achados, destacam-se a inadequação das ações propostas frente à realidade local, a dificuldade de engajamento da população beneficiária, a necessidade constante de reinterpretação das diretrizes institucionais, o surgimento de demandas não previstas no planejamento e a intensificação do trabalho de articulação com a rede de proteção social.

Esses elementos indicam que o planejamento centralizado, ao desconsiderar as especificidades socioterritoriais, tende a produzir intervenções pouco aderentes às dinâmicas concretas da vida cotidiana. Tal cenário reforça a compreensão de território como espaço vivido (Santos, 2006), marcado por relações sociais complexas, que não podem ser plenamente captadas por instrumentos padronizados ou diagnósticos generalistas.

Nesse contexto, assistentes sociais e psicólogos assumem papel central de mediação entre as diretrizes institucionais e as demandas reais da população. Essa mediação se materializa na adaptação das metodologias, na construção de estratégias de aproximação com os usuários e na articulação intersetorial. Contudo, embora fundamental para a viabilização das ações, esse processo acarreta sobrecarga e desgaste das equipes técnicas, evidenciando limites estruturais do modelo de gestão adotado.

Os resultados dialogam com a literatura do Serviço Social, que aponta a necessidade de leitura crítica das expressões da questão social no cotidiano profissional (Iamamoto, 2009), bem como com a Psicologia Social Crítica, que enfatiza a centralidade da realidade concreta na construção das práticas. Para o autor, a organização popular é o que permite aos "condenados da terra" se descobrirem como sujeitos de sua própria história. O texto pode ser aprimorado ao sugerir que a escuta direta não é apenas um "passo metodológico", mas uma necessidade para que o povo adquira poder social e para que sua palavra não seja silenciada (Martín-Baró, 1997). Nessa perspectiva, a atuação profissional não pode

se restringir à execução de diretrizes previamente estabelecidas, exigindo capacidade analítica e intervenção situada.

Além disso, observa-se que a ausência de processos efetivos de escuta da população na fase de planejamento contribui para a reprodução de práticas burocráticas e pouco participativas, limitando o potencial transformador da política habitacional. Ainda que existam instrumentos institucionais de planejamento, como o SISPEHIS — Sistema de Informações do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social —, sua operacionalização mediada pelos municípios não garante a incorporação direta das demandas dos sujeitos atendidos. Em contraponto, a literatura reforça a necessidade de reconhecer o território como elemento constitutivo das práticas sociais, e não apenas como cenário de intervenção (Koga, Arregui e Diniz, 2018). Isso implica a adoção de estratégias mais participativas, que valorizem o conhecimento produzido no cotidiano dos territórios e ampliem a escuta qualificada da população, contribuindo para maior aderência e efetividade das ações desenvolvidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise crítica realizada indica que o distanciamento entre território planejado e território vivido repercute na efetividade da política habitacional e na prática dos profissionais envolvidos no trabalho social. Tal distanciamento se expressa, sobretudo, na limitada incorporação da população beneficiária nos processos de planejamento, aspecto que se mostra relevante e passível de revisão no âmbito institucional.

O objetivo proposto foi alcançado ao problematizar as tensões presentes entre planejamento e realidade territorial, bem como seus desdobramentos na execução das ações. Os achados permitem apontar que modelos de planejamento centralizados, quando pouco permeáveis às dinâmicas locais, tendem a demandar constantes ajustes no nível da prática, transferindo para as equipes técnicas a responsabilidade de mediação entre diretrizes e necessidades concretas.

Nesse sentido, destaca-se a importância de fortalecer estratégias que ampliem a participação dos diferentes sujeitos envolvidos na política habitacional, especialmente daqueles diretamente afetados por suas ações. Entre as possibilidades, destacam-se a inclusão dos profissionais do território nos processos de planejamento, a criação de espaços permanentes de escuta da população, a flexibilização das metodologias, a valorização dos saberes locais e a adoção de práticas de monitoramento participativo.

Como limitação, ressalta-se o caráter situado da análise, construída a partir de uma experiência específica, o que não permite generalizações. Ainda assim, o estudo contribui ao sinalizar a necessidade de revisão e aprimoramento dos processos de planejamento, indicando a relevância de investigações futuras que aprofundem a compreensão sobre a participação social e a centralidade do território na formulação de políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE

Território. Política Habitacional. Trabalho Social. Serviço Social. Psicologia Social.

REFERÊNCIAS

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2009.

KOGA, D.; ARREGUI, C.; DINIZ, J. **Territórios da assistência social**. São Paulo: Cortez, 2018.

MARTÍN-BARÓ, I. **Crítica e libertação da psicologia**. Petrópolis: Vozes, 1997.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2006.